

R. História, São Paulo, n. 121, p. 141-147, ago/dez. 1989.

Resenhas Críticas

HÄGG, R. & MARINATOS, N. (eds.) *The Function of the Minoan Palaces*.
Proceedings of the Fourth International Symposium at the Swedish
Institute in Athens, 10/16 June 1984. Estocolmo, 1987, 344 págs.

Res, por Norberto Luiz Guarinello¹

O estudo da funcionalidade (social e arquitetônica) dos palácios minóicos vem conhecendo um desenvolvimento notável, de que é prova este Simpósio, organizado pelo Instituto Sueco de Atenas. As atas do Simpósio, que congregou algumas das maiores autoridades mundiais sobre o tema, fornecem um quadro rico e variado das linhas de pesquisa em desenvolvimento e das possibilidades e limitações do estudo dos palácios minóicos. Desta forma, sua análise fornece-nos um excelente ponto de partida para uma reflexão metodológica sobre os problemas de interpretação dessas imponentes estruturas arquitetônicas, problemas que são comuns a todo estudo de cultura material, prescindindo-se ou não do auxílio de fontes escritas. Esta, portanto, é uma resenha crítica e ponderada das contribuições de cada artigo, mas nas questões mais gerais, levantadas pelo estudo das várias fases de existência da chamada "sociedade palacial" em Creta.

A organização temática do Simpósio reflete as principais tendências de pesquisa na atualidade. Em primeiro lugar, destacam-se as preocupações metodológicas, ligadas à definição mesma de palácio e à construção de modelos interpretativos, que dêem sentido e permitam compreender as estruturas escavadas. Duas contribuições, em particular, de Benjamin Foster e Wolfgang

¹ Departamento de História — FFLCH/USP

Helck, apresentam modelos contrastantes de outras duas das sociedades palaciais do antigo Mediterrâneo Oriental: Egito e Mesopotâmia, ressaltando as possibilidades (mas também os limites) do emprego de modelos explicativos desenvolvidos para regiões nas quais a existência de documentos escritos permite um conhecimento mais aprofundado das relações sociais e da história política. O problema do significado de tais modelos "externos" é retomado, em seguida, na discussão sobre as origens do sistema palacial cretense, ora considerado um desenvolvimento interno, ora relacionado, precisamente, às influências das duas regiões citadas acima (vejam-se as contribuições de P. Warren e de L. V. Wanstons e a discussão geral do bloco relativo à "Emergência dos Palácios Cretenses"). Preocupações metodológicas, contudo, não se limitam a um bloco específico, mas perpassam a maioria dos artigos, manifestando uma forte tendência, na bibliografia, de revisão de modelos e esquemas interpretativos fortemente arraigados, cuja elaboração data da descoberta dos próprios palácios em Creta.

Neste sentido, nota-se uma crescente atenção para o estudo das origens do sistema palacial em Creta, que merece um bloco à parte no conjunto das contribuições, mas que se manifesta em grande número de artigos dispersos pelo volume. Tal atenção parece denotar uma mudança no eixo das problemáticas julgadas relevantes, que se desloca das tradicionais hipóteses sobre o fim do sistema palacial (que podem ser resumidas às alternativas: terremoto, invasões, guerra civil), para o estudo das condições de surgimento dessa *forma* arquitetônica muito peculiar—os palácios—e da realidade social à qual deveria corresponder. Dessa maneira, começam a ser precisadas as diferenças que separam os dois momentos do sistema palacial cretense. Centralização política e religiosa, rígido controle da economia, além de elementos específicos da arquitetura palaciana seriam características marcantes de sua segunda fase, mas não do período inicial. O principal problema no estudo dos palácios de primeira fase reside em sua relativa inacessibilidade, pois se encontram, geralmente, soterrados pela construção dos palácios posteriores — pois estes foram erguidos sobre os escombros daqueles. Como ressalta P. Warren (pág. 47), a definição usual do palácio cretense baseia-se nos vestígios da segunda fase (que data do Minóico Tardio I), tanto no que se refere à presença de traços diagnósticos (pátio central de grandes extensões, fachada voltada a Ocidente, áreas de armazenamento, oficinas artesanais, áreas sagradas, etc, que permitem

identificar umas construções como "palácio"), quanto no tocante a atribuição de funções específicas aos espaços criados por seus muros. O uso do modelo corrente pressupõe uma continuidade substancial de funções entre o primeiro e o segundo período palacial, algo que a pesquisa mais recente parece desmentir, seja no tocante à sua organização espacial e funcional interna, seja em sua relação com o território. A questão central é saber se devemos criar dois modelos distintos, que dêem conta das diferenças observadas entre os palácios do Minóico Médio e do Minóico Tardio, ou tentar elaborar uma definição bastante ampla de palácio, que englobe ambos os momentos.

A definição de palácio é, assim, um tema fundamental para o desenvolvimento das pesquisas. Trata-se, contudo, de uma tarefa extremamente delicada, por envolver duas ordens de raciocínio, mutuamente necessárias, mas que não podem se confirmar ou se reforçar reciprocamente. Desta forma, as definições "arquitetônicas", que partem diretamente da realidade empírica escavada pelos arqueólogos, parecem exigir a referência a modelos de funcionamento da sociedade cretense, que permitam dar vida e sentido aos elementos mudos da cultura material. Algumas das definições "arquitetônicas" são executivamente amplas, como a proposta por R. Naumann para os palácios da Ásia Menor (atual Turquia: "zu den Palästen rechnen wir alle "Wohngebäude, die an Grösse über den normalen Wohntyp hinausgehen"). Contudo, por permitirem uma acentuada subjetividade na interpretação das estruturas arquitetônicas, revelam-se praticamente inúteis para o estudo dos palácios minóicos (como diferenciar, por exemplo, pela mera extensão, os palácios das grandes vilas senhoriais que surgem na segunda fase palacial?). Definições mais específicas, baseadas no estudo concreto dos vestígios cretenses, concentram-se em atributos considerados diagnósticos, que permitiriam distinguir as estruturas palacianas de outras construções ao seu redor; presença ou ausência de um pátio central, de uma "sala do trono", de poço de luz — os *polythyra*, etc. Alguns desses traços, contudo, não são exclusivos da arquitetura palacial (embora lhe devam, provavelmente, sua origem), mas remetem a uma concepção inovadora que, no segundo período palacial, se expande para as habitações particulares. O mesmo problema ocorre com a definição dos palácios pelo tipo de objetos que lhes seria próprio, como artigos importados ou de luxo e determinadas categorias vasculares. O atributo diagnóstico mais ressaltado é o vasto pátio central, grande área retangular em torno da qual parecem estruturar-se os palácios minóicos, e à qual são atribuídas diferentes funções: como espaços públicos, para a realização

de festivais, etc. Tampouco sobre este atributo são unânimes as opiniões: alguns, como R. Hägg (págs. 129-134), ressaltam a importância de outros espaços, como a ampla área normalmente encontrada defronte à fachada ocidental dos primeiros palácios, para a definição funcional desses edifícios; outros, como Effenterre (pág. 98), chegam mesmo a negar o caráter diagnóstico do pátio central, relegando estruturas como as de Gournia, Pyrgos e Zakros (normalmente consideradas como "palácios") ao papel de centros regionais, politicamente dependentes dos centros reconhecidamente maiores, como Cnossos.

O problema subjacente a tais definições, e que explica sua variabilidade e inoperância, remete a uma questão epistemológica raramente compreendida em todas as suas implicações: para se definir arquitetonicamente um espaço, delimitando seus lugares e funções, é preciso compreender sua estrutura e sua linguagem, determinar sua organização funcional interna e sua relação com os espaços e lugares adjacentes. Para tanto, é preciso igualmente definir sua funcionalidade social, seu papel na organização das relações políticas e das relações de produção que ordenavam a sociedade cretense em diferentes períodos. Trata-se, portanto, de estabelecer vínculos necessários entre uma estruturação específica do espaço e a organização que lhe dava sentido.

A ausência quase completa de fontes escritas torna essa tarefa especialmente árdua, limitando as abordagens possíveis a dois níveis: o estudo das propriedades espaciais das estruturas palacianas a partir dos próprios vestígios (determinando-se a função de cada lugar pelos objetos aí encontrados, quando possível) e a construção de modelos interpretativos, a partir de sociedades melhor conhecidas, cujo desenvolvimento se supõe análogo, ou por meio de constructos ideais, que dêem conta das realidades empíricas observadas. No primeiro caso, como vimos, corre-se o risco de cair em um raciocínio circular, pois as definições propostas a partir de elementos da arquitetura palacial pressupõem funções cuja existência não é demonstrável senão a partir da própria definição. No segundo caso, o risco é o de se assumir modelos artificialmente elaborados, a partir de realidades exógenas que não se aplicam ao caso cretense. A questão é saber se, como propõe Foster (pág. 12), existem realmente características universais da economia palacial, aplicáveis a todas as sociedades do Mediterrâneo oriental e do Médio-Oriente o que, em nossa opinião, está longe de ser comprovado. Na verdade, ambos os casos pressupõem a existência de modelos de funcionamento dessas sociedades e, por isso, referimo-nos a eles como complementares. Neste sentido, as pesquisas só podem avançar

lentamente, partindo dos fatos arqueológicos empíricos para os modelos e vice-versa, definindo-se, *explicitamente*, os alcances e as limitações de cada esquema interpretativo proposto. Se uma mesma realidade arqueológica pode ser gerada por atos e comportamentos diversos, é preciso compor uma gama dos comportamentos possíveis, eliminando aqueles que são contraditórios e construindo assim, *uma* imagem do sistema palacial em Creta. É impossível escapar-se à utilização de modelos — em particular pela falta de fontes escritas — mas é preciso ter plena consciência de seu significado e de seu papel na coleta e organização das informações. Como afirma Margareth Lindgren (pág. 41): "We ought to realize that certain kinds of conclusion are virtually impossible to draw from the existing remnants only".

Dois modelos parecem destacar-se no conjunto das contribuições: um, cuja origem pode ser retraçada até Arthur Evans, enfatiza os aspectos rituais e cúlticos dos edifícios palaciais, atribuindo valores religiosos e espaços específicos (como lugares definidos pelas chamadas salas do trono, do banho lustrai, do templo tripartite) e a objetos particulares (como o duplo-machado, os vasos de pedra e certas representações iconográficas). O resultado é um "pan-religiosismo", que tende a ver funções rituais e cúlticas em todos os "lugares" da sociedade palacial, por sua vez considerada uma teocracia, com sua sacerdotisa-rainha e seus rituais de casamento sagrado (o hieró-gamos; cf. o bloco de contribuições sob o título "os palácios como centros cerimoniais e religiosos", págs. 123-244). Esse modelo, cuja vantagem reside na proposição de uma origem e uma estrutura originais e endógenas à sociedade dos palácios de Creta, depende de atribuições funcionais muito incertas, como a que atribui função ritual às criptas ou sentido religioso às marcas de pedreiro presentes nas construções. O risco que se corre é o de conferir automaticamente um sentido religioso a quaisquer objetos ou espaços cujo sentido escapa à primeira vista. Essa espécie de *atalho* interpretativo oblitera, por exemplo, o fato de que os objetos iguais podem assumir funções diferentes em contextos diversos e de que nem sempre o inexplicado esconde uma origem religiosa.

O segundo modelo fixa-se na definição do palácio minóico como centro de comércio e manufatura, organizador da produção agrícola de uma vasta região, cuja produção concentra em seus armazéns para ser redistribuída. O modelo substantivista, muito empregado no estudo das sociedades do antigo Oriente-Médio, procura determinar o papel exercido pelos palácios nas atividades econômicas da Creta minóica, investigando a existência de oficinas

artesanais — de metal, cerâmica ou artefatos líticos — no interior dos palácios, assim como de grandes armazéns para produtos agrícolas. Tal modelo parece oscilar entre uma visão mais centralizadora — para a qual os palácios coordenariam toda a produção, organizando o beneficiamento e armazenagem e controlando a distribuição — e uma visão mais pluralista da economia cujos defensores ressaltam a existência de armazéns, prensas e oficinas aparentemente pertencentes a particulares. Essas duas visões, contudo, não são excludentes, podendo esconder diferenças cronológicas (maior centralização na segunda fase) ou mesmo regionais (em Mallia, por exemplo, na costa oriental da ilha, foi descoberto um quarteirão ocupado por oficinas). Os modelos econômicos, ao basearem-se na própria materialidade de objetos e construções e não em sua suposta função ideológica, parece-nos mais apto a dar um quadro coerente das funções do palácio minóico. Muitas questões, contudo, permanecem no campo das conjecturas: como definir a troca na sociedade minóica? Como, e em que níveis, se dava a circulação dos objetos produzidos? Qual o papel econômico dos bens de prestígio? É lícito deduzir, da concentração de instalações de armazenagem, uma concentração equivalente do poder político? Embora irrespondíveis pelas fontes a nossa disposição tais questões precisam ser encaradas de frente por qualquer tentativa de reconstrução do funcionamento dos palácios minóicos.

Os problemas levantados por tais modelos impulsionam o desenvolvimento de diferentes linhas de pesquisa que, eventualmente, poderão contribuir para seu aperfeiçoamento. Dentre as novas abordagens presentes nas contribuições do Simpósio, três, a meu ver, destacam-se por sua importância e fecundidade interpretativa: a análise espacial interna dos conjuntos palaciais, que deve partir de uma compreensão da linguagem arquitetônica cretense, das propriedades de suas estruturas e de seus espaços, como o estudo dos padrões de circulação, desenvolvido por C. Palyvou (págs. 195-203); o estudo da distribuição espacial dos assentamentos minóicos — da relação entre o palácio e a cidade e desta com seu território—, do papel social das estruturas palaciais e de seu efeito sobre o território que controlam. Isto porque os palácios não podem ser entendidos como estruturas em si, auto-definíveis, mas inserem-se em espaços sociais e arqueológicos específicos, com os quais mantêm íntima relação. Assim, se é verdade que os palácios são a chave da interpretação da sociedade minóica (como afirma Zois, p. 43), o contrário também é verdadeiro: a organização espacial desta última, de suas cidades e portos, é uma das chaves para a compreensão dos

palácios (vejam-se as observações de Chrysoulaki & Platon sobre o sítio de Zakros, págs. 77-84). Por fim, o estudo da iconografia pode revelar-se útil na determinação funcional de certos aposentos palaciais, como demonstram as contribuições de G. Gesell, R. Hagg, N. Marínalos e E. Davis, entre outras. A linguagem pictórica, contudo, é sempre cifrada, possuindo códigos particulares em diferentes culturas — como, por exemplo, no modo de representar edifícios ou partes dos mesmos —, tornando certas interpretações arriscadas ou mesmo duvidosas,

A sociedade palacial do bronze médio e recente em Creta constitui, desta forma, um caso singular na arqueologia das civilizações do Mediterrâneo oriental e do Oriente-Médio. Na medida que, em correspondência com as imponentes estruturas escavadas, não existem registros escritos significativos, somos obrigados a desenvolver mecanismos interpretativos originais, que dêem conta dos vestígios materiais encontrados a partir deles próprios. Isto exige o emprego de métodos próprios ao pré-historiador para uma sociedade bastante complexa, para a qual os paralelos etnográficos são de valor reduzido. O emprego de modelos desenvolvidos para as sociedades contemporâneas do médio Oriente exige cautela, pois é preciso preservar a especificidade do que é propriamente minóico, mas pode trazer resultados, na medida em que se comprove o alcance de sua aplicabilidade no caso específico e que se consiga, coerentemente, inserir a sociedade minóica no quadro das sociedades palaciais do período. A parte os avanços de detalhe, esta parece-nos a principal contribuição do Simpósio: a conclusão de que se sabe menos do que se supunha e a consciência da necessidade de se repensar cuidadosamente os princípios interpretativos adotados, tornando-os explícitos e, portanto, passíveis de crítica e de aperfeiçoamento.